

Administração Pública Organizacional - 24 horas

A mutação do Direito Administrativo e os seus reflexos a partir da instituição do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Os princípios, atos e atividades administrativas. Administrações direta e indireta, com introdução às agências reguladoras e executivas. Desestatização e privatização. A participação do setor privado na ordem social. A administração consensual, por meio do contrato de gestão com organizações sociais e dos termos de parceria com organizações da sociedade civil de interesse público.

Análise Econômica do Direito - 24 horas

A disciplina busca explorar conceitos tradicionais desenvolvidos no âmbito da Análise Econômica do Direito (AED) de forma aplicada às dinâmicas da Administração Pública. Desse modo, serão abordados temas que versem sobre os modelos de contratação empregados pelo ente público, as formas de intervenção do Estado na propriedade e, ainda, seu próprio modelo de gestão que enseja, atualmente, algumas preocupações. Busca-se, por fim, abordar tais conceitos de forma aplicada às novas demandas que despontam em tal campo do direito diante do cenário brasileiro e de suas questões contemporâneas.

Compliance - 24 horas

O curso se divide em aspectos teóricos e práticos e os seguintes principais temas serão abordados: (i) O FCPA e outras Legislações Anticorrupção Estrangeiras; (ii) Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013); (iii) Aspectos Penais da Legislação Anticorrupção; (iv) Programas de Compliance; (v) Investigações; (vi) Processos Sancionadores e Acordos de Leniência.

Direito Administrativo Ambiental - 24 horas

Fundamentos do Direito Ambiental. Princípios de Direito Ambiental. Proteção do meio ambiente na Constituição Federal. Política Nacional do Meio Ambiente. Competências dos Entes Federativos. Avaliação de impactos ambientais – EIA/RIMA e licenciamento ambiental. Responsabilidades Ambientais. Direito Ambiental das áreas protegidas. Resíduos sólidos. Recursos Hídricos.

Direito Administrativo Contratual - 48 horas

Licitações e Contratos Administrativos. Princípios. Modalidades de Licitação. Fase Interna da Licitação. Fase Externa da Licitação. Habilitação e julgamento de propostas. Critérios e tipos de julgamento. Recursos Administrativos. Contratação Direta. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação. A formalização da contratação direta. Requisitos. Contrato Administrativo. Aspectos Gerais. Características. Cláusulas Exorbitantes. Alteração e rescisão unilateral. Aplicação de

sanções administrativas. Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato. Revisão, reajuste, repactuação e atualização monetária. Fiscalização do contrato. O Regime Diferenciado de Contratação. Regime de Contratação das Estatais. Corrupção e Improbidade nas Contratações Públicas. Obras Públicas. Tópicos sobre Concessões e PPPs. Controle das Licitações e Contratos pelos Tribunais de Contas.

Direito Administrativo da Infraestrutura - 24 horas

Segurança Jurídica e investimentos em infraestrutura. Aspectos jurídicos do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI. A relicitação e as hipóteses de prorrogação. O Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI. Formas de financiamento de projetos de infraestrutura. Parcerias Público-privadas.

Direito Administrativo das Concessões - 24 horas

Teoria das Concessões. Regulação dos Serviços Públicos. Concessões de Serviços Públicos. Equilíbrio Econômico-financeiro nas Concessões. Política tarifária. Transferência das concessões. Step in Rights. Formas de Extinção do Contrato de Concessão. Anulação. Rescisão. Caducidade. Intervenção. Encampação. O Regime jurídico dos bens reversíveis.

Direito Concorrencial Regulatório - 36 horas

Funcionamento dos mecanismos de mercado. Eficiência econômica. Objetivos da regulação. Regulação setorial e regulação concorrencial. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Agências Reguladoras. Regulação do setor financeiro, securitário e do mercado de capitais.

Disciplina Online - 24 horas

O aluno poderá optar dentre as disciplinas oferecidas no FGV Online.

Novas Parcerias entre os Setores Público e Privado - 36 horas

Abordar o princípio da subsidiariedade e a partilha de competências entre o Estado e a sociedade, reconhecendo-se, a partir da descentralização, o papel fundamental de agentes particulares em colaboração com a Administração. Reconhecer o emprego de novas formas contratuais, compartilhando o exercício de funções com agentes que demonstrem especialidade em setores considerados fundamentais para o novo Direito Administrativo.



Ordem Constitucional Econômica e o Processo Decisório do STF - 24 horas

O processo decisório do STF e seus problemas. Prática de precedentes no STF. A ordem econômica no constitucionalismo e, em particular, na Constituição Federal de 1988. Princípios fundamentais. A disciplina constitucional das atividades reguladas. Interações entre o texto constitucional, teorias jurídicas e aspectos institucionais voltados à compreensão adequada da ordem constitucional econômica.

Responsabilidade Civil Estatal - 24 horas

Responsabilidade civil do Estado. Evolução histórica. Da era da irresponsabilidade ao atual Código Civil. Responsabilidade do Estado por atos relacionados à atuação do poder executivo, suas autarquias, fundações e demais pessoas jurídicas de direito público. Responsabilidade do Estado por atos de prestadores de serviços públicos. Responsabilidade civil das agências reguladoras. Responsabilidade civil do Estado por ato notarial. Direito de Regresso aos agentes públicos. Prescrição.

Soluções Alternativas de Controvérsias no Setor Público - 24 horas

Arbitragem e atualidades. Arbitragem e atividades Reguladas. Processo Arbitral. Dispute Board. Arbitragem e PPPs. Mediação de Conflitos.